

# ATA NÚMERO 34/XIII (1.ª) SL 12 de julho de 2016 – 14h45mn

1. <i>I</i>	Aprovac	ão da	proposta	de	Ordem	do	Dia
-------------	---------	-------	----------	----	-------	----	-----

- 2. Aprovação da ata
- 3. Comunicações do Presidente
- 4. Petição n.º 88/XIII (1.ª) Apresentada por José Manuel Maurício Brás, solicitando que o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, seja alterado, de modo a prever a atribuição de certificação a ações de formação de curta duração
  - Apreciação e votação do relatório final da petição
  - Deputado relator: Maria Augusta Santos (PS)
- 5. Petição n.º 101/XIII (1.º) Apresentada por José Manuel Maurício Brás, solicitando a regulamentação que permita a certificação de competências avançadas em TIC, nível III e a revisão do regime legal de avaliação de desempenho dos docentes do grupo 540, no que se refere à formação contínua
  - Apreciação e votação do relatório final da petição
  - Deputado relator: Maria Augusta Santos (PS)
- 6. <u>Petição n.º 109/XIII (1.ª)</u>, do Sindicato Independente de Professores e Educadores Calendário de educação pré-escolar igual ao dos ciclos do Ensino Básico
  - Apreciação e votação do relatório final da petição
  - Deputado relator: Maria Germana Rocha (PSD)
- 7. Petição n.º 127/XIII (1.ª) (1.ª), Direção Distrital de Viseu da FENPROF Pela estabilidade de emprego dos docentes em funções no Instituto Politécnico de Viseu



- Apreciação e votação da admissibilidade da petição
- Deputado relator: CDS-PP
- 8. <u>Projeto de resolução n.º 415/XIII (1.ª)</u>, do PCP Recomenda ao Governo que sejam tomadas medidas urgentes para a contratação e vinculação de pessoal docente nas Instituições do Ensino Superior Público
  - Discussão
- 9. Projeto de resolução n.º 218/XIII (1.º), do BE Reforça a proteção aos docentes na doença
  - Discussão
- 10. Projeto de resolução n.º 429/XIII (1.ª), do PCP Propõe a alteração dos procedimentos do mecanismo de mobilidade por motivo de doença e a conversão da componente letiva em não letiva sem agravamento do horário dos educadores de infância e professores do Ensino Básico e Secundário
  - Discussão
- 11. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação referente à 1.ª Sessão Legislativa
  - Apreciação e votação
- 12. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho do Ensino Especial referente à 1.ª Sessão Legislativa
  - Apreciação e votação
- 13. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República 15h45
- 14. Outros assuntos



#### 15. Data da próxima reunião

19 de julho de 2016

#### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

#### 2. Aprovação da ata

Aa atas das reuniões de 29 de junho e 5 de julho de 2016 foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

# 3. Comunicações do Presidente

#### 3.1. Baixa de iniciativas

O Presidente da Comissão informou que tinha baixado à Comissão o Projeto de Lei abaixo referido, que era distribuído ao PSD para elaboração de parecer, tendo o respetivo Grupo Parlamentar referido que indicaria posteriormente o Deputado relator.

Projeto	278	XIII	1	Propõe um regime de	Baixa comissão	2016-07-05	PCP
de Lei				vinculação dos docentes	distribuição inicial		
				na carreira	generalidade		

## 3.2. Relatórios de audiências

De seguida, submeteu à apreciação e votação os relatórios de três audiências, a alunos da Universidade Aberta, à APEEESSM, Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária de Santa Maria, Agrupamento de Escolas Monte da Lua, em Sintra e a professoras do 1.º ciclo em regime de monodocência, Fátima Carvalho e outras, que foram aprovados por unanimidade. Foi também aprovado por unanimidade o relatório da audiência ao Senhor Secretário de Estado da Educação, realizada pelo Grupo de Trabalho de Ensino Especial.



#### 3.4. Contributos para o Plano de Atividades da Comissão referente à 2.ª Sessão

O Presidente da Comissão solicitou depois aos Deputados que remetessem até ao dia 14 contributos para o Plano de Atividades da Comissão para a 2.ª Sessão Legislativa (equacionando se era de inserir a Conferência *Educação de Adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida*, quais as linhas de trabalho e os Grupos de Trabalho a prever e solicitando a indicação de proposta de temas para 2 sessões do Café de Ciência) para apreciação deste na reunião de 19 de julho. Pediu ainda aos Grupos de Trabalho que apresentassem proposta de Plano de Atividades para a 2.ª Sessão Legislativa.

4. Petição n.º 88/XIII (1.ª) - Apresentada por José Manuel Maurício Brás, solicitando que o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, seja alterado, de modo a prever a atribuição de certificação a ações de formação de curta duração

A relatora da petição, Deputada Maria Augusta Santos (PS), fez a apresentação do relatório final da mesma, o qual foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5. Petição n.º 101/XIII (1.ª) — Apresentada por José Manuel Maurício Brás, solicitando a regulamentação que permita a certificação de competências avançadas em TIC, nível III e a revisão do regime legal de avaliação de desempenho dos docentes do grupo 540, no que se refere à formação contínua

A relatora da petição, Deputada Maria Augusta Santos (PS), fez a apresentação do relatório final da mesma, o qual foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. <u>Petição n.º 109/XIII (1.ª)</u>, do Sindicato Independente de Professores e Educadores Calendário de educação pré-escolar igual ao dos ciclos do Ensino Básico

A relatora da petição, Deputada Maria Germana (PSD), fez a apresentação do relatório final da mesma, o qual foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. Petição n.º 127/XIII (1.ª) (1.ª), Direção Distrital de Viseu da FENPROF — Pela estabilidade de emprego dos docentes em funções no Instituto Politécnico de Viseu

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, a petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, tendo sido indicada como relatora a Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP).



8. <u>Projeto de resolução n.º 415/XIII (1.ª)</u>, do PCP - Recomenda ao Governo que sejam tomadas medidas urgentes para a contratação e vinculação de pessoal docente nas Instituições do Ensino Superior Público

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP), tendo participado no debate os Deputados Nilza de Sena (PSD), Joana Mortágua (BE), Porfírio Silva (PS) e Abel Baptista (CDS-PP). A informação respeitante ao debate e a gravação deste estão disponíveis no Projeto de Resolução.

9. Projeto de resolução n.º 218/XIII (1.ª), do BE - Reforça a proteção aos docentes na doença

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Deputada Joana Mortágua (BE). Seguidamente, a Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) fez a apresentação do <u>Projeto de resolução n.º 429/XIII</u> (1.ª).

No debate conjunto sobre os dois Projetos de Resolução intervieram os Deputados Nilza de Sena (PSD), Joana Mortágua (BE), Susana Amador (PS), Ana Virgínia Pereira (PCP) e Ana Rita Bessa (CDS-PP). A informação respeitante ao debate e a gravação deste estão disponíveis nos Projetos de Resolução.

10. Projeto de resolução n.º 429/XIII (1.ª), do PCP - Propõe a alteração dos procedimentos do mecanismo de mobilidade por motivo de doença e a conversão da componente letiva em não letiva sem agravamento do horário dos educadores de infância e professores do Ensino Básico e Secundário

Este Projeto de Resolução foi discutido conjuntamente com o Projeto de Resolução 218/XII, nos termos referidos acima.

11.Relatório de atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação referente à 1.ª Sessão Legislativa

Adiado.

12. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho do Ensino Especial referente à 1.ª Sessão Legislativa

Adiado.



13. Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, à Senhora Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a toda a sua equipa, dando de seguida início à primeira ronda de intervenções.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Porfírio Silva (PS), Nilza de Sena (PSD), Luís Monteiro (BE), Abel Baptista (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP), tendo sido dirigido um cumprimento pela realização do Encontro Ciência 2016 e colocadas questões sobre o projecto de diploma de emprego científico, a precariedade/rejuvenescimento do quadro de docentes do ensino superior, o ponto da situação em relação ao cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 53/2016, que "Recomenda ao Governo a prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior para a conclusão da obtenção do grau de doutor e a contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público"; a posição sobre as praxes académicas e as eventuais alterações em termos de ação social, nomeadamente a nível das bolsas de estudo; a necessidade de as escolas construírem um espaço de integração dos estudantes, a contratação de investigadores, o caso dos gestores de ciência da Fundação para a Ciência e a Tecnologia que não têm doutoramento; a mais-valia e a empregabilidade dos cursos técnicos superiores profissionais, as críticas sobre a falta de critérios e transparência da acreditação de cursos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior; a contratação de doutorados, a integração de bolseiros, o valor das propinas e as alterações a nível da acção social.

O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior respondeu a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das suas intervenções, referindo-se, designadamente, à realização do Encontro Ciência, que tinha reunido cerca de 4.100 investigadores e desenvolvia a confiança no sector, tendo convidado a Comissão para participar na organização do de 2017; solicitado apoio ao repúdio às praxes académicas e pedido o combate às mesmas nos órgãos representativos das instituições de ensino superior; informando que estava em curso um processo de negociação com investigadores, bem como a ser desenvolvido o programa emprego científico e que estas acções seriam complementadas com a avaliação das unidades de investigação em 2017; manifestou oposição às praxes académicas e informou que tudo o que Assembleia da República propôs nesse campo está em implementação e contrataram ainda um grupo de sociólogos para fazerem um estudo sobre essa matéria; informou que a Direção Geral do Ensino Superior está a ultimar uma proposta no âmbito da acção social, para alargar o apoio às famílias mais carenciadas; vão abrir negociações sindicais em articulação com o Ministério das Finanças para tratarem do problema do período transitório para



conclusão do doutoramento, após terem feito o levantamento das situações existentes, que envolvem um número residual de docentes, e propõem prorrogar aquele período por mais um ano; identificou ainda como questão crítica o recrutamento e integração de docentes jovens com doutoramento, prevendo resolver a sua situação durante um ano e meio, para diluir os efeitos financeiros.

Defendeu depois uma escola inclusiva, com oportunidades para todos, com hipóteses para os alunos do ensino profissional do secundário e enfatizou a relevância da formação de curta duração, tendo identificado algumas áreas, como a digital; realçou a independência da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e informou que foi nomeado o conselho de curadores, que vai dignificar a instituição; indicou que foram abertos concursos de docentes em todas as instituições de ensino superior, com base no Orçamento do Estado para 2016; está em análise um complemento em regime de contratação e em Setembro será realizado um debate sobre as situações, tendo em vista a diminuição da utilização abusiva das bolsas, conjugada com a avaliação das unidades de investigação.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados António Eusébio (PS), Maria Germana Rocha (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram questões sobre, respetivamente, a inovação da economia portuguesa e o reforço da ligação entre empresas científicas e tecnológicas e empresas do setor produtivo e empresarial e organizações civis e culturais; a percentagem de doutorados absorvidos pelas empresas; o novo regime legal dos doutorados; os fundos europeus para a inovação e ciência; o concurso de bolsas de 2016; o mapeamento dos consórcios entre as instituições de ensino superior, universidades e politécnicos, que o Governo pretende lançar; o aumento das taxas e emolumentos; a transferência de verbas para a reposição de salários nas instituições de ensino superior; o regime fundacional das instituições de ensino superior público e os consórcios; a precaridade dos bolseiros e a atualização das bolsas de investigação científica.

O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior respondeu a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das suas intervenções, referindo-se, designadamente, à necessidade de dignificar e valorizar a diversificação do sistema científico e tecnológico nacional; à diversificação do tipo de unidades científicas e tecnológicas; à aposta no emprego de doutorados e à necessidade de investir na sua formação; ao mapeamento de toda a situação relativa aos emolumentos; à importância do regime fundacional para as instituições, que poderá permitir, inclusivamente, agregar instituições ligadas à investigação; à dignificação do bolseiro e do emprego para combater a precaridade existente.

Na 3.ª ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Susana Amador (PS), Pedro Alves (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Inês Lamego (PS), Maria Germana Rocha (PSD) e Emília Santos (PSD), tendo colocado questões sobre a investigação e inovação na área agroalimentar; a investigação e inovação ao serviço das cidades; o orçamento participativo da ciência e tecnologia; as condições de acesso aos cursos técnicos profissionais; a autonomia dos



institutos politécnicos; os prazos de entrega das bolsas de ação social escolar; as vagas para o ensino superior e a empregabilidade dos cursos; a diminuição de entradas nos cursos de Ciências e Engenharia; a data de início das aulas do 1.º ano no próximo ano letivo; a eliminação das praxes académicas; a regulamentação e tipologia dos estágios curriculares; e o financiamento às instituições tendo por base os resultados alcançados.

Num segundo momento intervieram os Senhores Deputados Odete João (PS), Susana Lamas (PSD), Elza Pais (PS), Ana Virgínia Pereira (PCP), Laura Magalhães (PSD) e Nilza de Sena (PSD), que reiteraram muitas das questões anteriormente abordadas, colocando também questões sobre os Centros de Ciência Viva, o Programa de Modernização e Valorização do Ensino Politécnico, a democratização da ciência, o reforço da ação social escolar, a alternativa ao Programa Retomar, o regulamento do concurso nacional de acesso ao ensino superior; a criação do Centro de Investigação Internacional dos Açores; e a situação dos empréstimos com garantia mútua.

O Senhor Ministro respondeu no fim a todas as questões levantadas, tendo a audição terminado às 19 horas. A gravação da audição está disponível na <u>página da Comissão</u>.

#### 14. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

#### 15. Data da próxima reunião

19 de julho de 2016

# O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

#### (Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 19 de julho de 2016.



#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista

Alexandre Quintanilha

Ana Rita Bessa

André Pinotes Batista

**Emília Santos** 

Joana Mortágua

João Torres

Laura Monteiro Magalhães

Luís Monteiro

Maria Augusta Santos

Maria Germana Rocha

Maria Manuela Tender

Miguel Tiago

Nilza de Sena

Odete João

Pedro Alves

Pedro Pimpão

Porfírio Silva

Susana Amador

Ana Virgínia Pereira

António Eusébio

Cristóvão Crespo

Cristóvão Simão Ribeiro

Elza Pais

Inês Lamego

Lara Martinho

Sónia Fertuzinhos

Susana Lamas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria

Diogo Leão

Margarida Mano

Sandra Pontedeira